



# Anais da Assembléia

N.º 62

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1985.

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Antônio Belinati.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Não havendo oradores inscritos e nem expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 110/85, de autoria de PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 114/85), que objetiva majorar, a partir de 1.º de julho de 1985, os vencimentos dos cargos efetivos que especifica, e visa ainda, a majoração do valor dos vencimentos dos cargos em comissão, das funções gratificadas e de outras vantagens do funcionalismo, assim como o das pensões pagas pelo Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em discussão o Projeto e as Emendas. Em votação primeiramente as emendas:

Emenda n.º 02. Aprovada.

Emenda n.º 03. Aprovada.

Emenda n.º 12. Aprovada.

Emenda n.º 14. Rejeitada.

Emenda n.º 15. Rejeitada.

Em votação o projeto. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/85, (Mensagem n.º 91/85- ex-Proposição n.º 81/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Co-Operação Administrativa e Financeira, celebrado em 17.12.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria das Finanças e a EMOPAR, e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as Agências de Rendas dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 59/85), que objetiva criar na Secretaria da Educação, dois cargos isolados de provimento em comissão, de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo I-C e, ainda, alteração da denominação dos atuais cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional, para Chefe de Núcleo Regional de Educação, mantido o mesmo símbolo de remuneração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 20/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que define divisas do Distrito Administrativo de FLORIANO, localizado no Município de Maringá, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 20/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- O Distrito Administrativo de Floriano, localizado no Município de Maringá, passa a ter as seguintes divisas:

"Começa na cabeceira do Ribeirão Paiçandu, donde por uma linha reta e seca, alcança a cabeceira do Ribeirão Bandeirantes, deste ponto, em linha reta e seca alcança a nascente do correço Borba Gato; até sua Foz, no Ribeirão Pingüim; descendo por este, segue até a Foz do Corrego Inajá; deste ponto, segue divisando com o município de Floresta, em linha reta, seguindo por uma linha reta e seca no sentido oeste, alcançando o Ribeirão Paiçandu, na Foz do Corrego Calixto; deste ponto, divisando com o Município de Paiçandu, subindo pelo Rio Paiçandu até sua cabeceira, ponto de partida".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

As divisas do atual Distrito Administrativo de Floriano, desmembrado do Município de Maringá, já foram definidas através da Lei Municipal n.º 1811/84, promulgada pela Câmara Municipal de Maringá, em 14 de novembro de 1984.

Razão pela qual, estamos apresentando o presente plano de lei, que por certo irá contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 20/85

O projeto de Lei em análise é de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior e tem por finalidade definir divisas do Distrito Administrativo de Floriano, localizado no Município de Maringá.

Analisando a documentação que acompanha o presente Plano de Lei, constatamos que as divisas propostas pelo ilustre autor já foram definidos através de Lei Municipal de n.º 1811, de 14 de novembro de 1984.

Quanto a sua parte legal e constitucional a que é chamada a apreciar esta Comissão, não encontramos nada que venha a opor sua tramitação por esta Casa de Leis.

Razão pelo qual opinamos favoravelmente, por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 32/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que denomina "GUILHERME KANTOR", a PR-151, estrada que liga São Mateus do Sul/Palmeira- via São João do Triunfo PR-151, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 32/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica denominada de "Guilherme Kantor", estrada que liga São Mateus do Sul/ Palmeira - via São João do Triunfo (PR-151) neste Estado.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA: Em anexo. (Ilegível).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao projeto de Lei n.º 32/85

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, pretende denominar de "Guilherme Kantor", a PR 151, estrada que liga São Mateus do Sul/Palmeira- Via São João do Triunfo, neste Estado.

A medida visa homenagear ao pioneiro do transporte coletivo em São Mateus do Sul e é o justo reconhecimento a quem muito contribuiu para o desenvolvimento daquela região do Paraná.

No que deve esta douta Comissão de Constituição e Justiça opinar, é evidente que a matéria não possui qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 60/85, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL" com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 60/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup>- Fica declarada de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.<sup>o</sup>- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) DONATO GULIN

## JUSTIFICATIVA:

A referida entidade que se pretende declarar de utilidade pública, está em efetivo funcionamento e tem por finalidade desenvolver e manter um Centro Samaritano de Prevenção do Suicídio- segundo o Regimento Interno publicado pelo Centro de Valorização da Vida, e desenvolver e manter outros trabalhos assistenciais necessários ao desenvolvimento do Centro Samaritano.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de lei n.º 60/85

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Donato Gulin, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente Gralha Azul, com sede e foro nesta capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.º 6994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO -Do Projeto de Lei n.º 69/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 95/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira até o equivalente em moeda nacional a 63 milhões e 600 mil dólares dos EE.UU., de forma a complementar os recursos necessários para fins que especifica. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 69/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art.1.<sup>o</sup>- Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 63.600.000,00 (sessenta e três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar os recursos necessários para fazer face a rolagem dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná- Administração Direta, no exercício de 1985, conforme Aviso de Prioridade n.º 249/85, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Decreto-Lei n.º 2.070, de 14 de dezembro de 1983.

Parágrafo Único- A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Art.2.<sup>o</sup>- O Poder Executivo fica autorizado a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos externos, previstos no art. 1.<sup>o</sup>, destinados a entidades da administração direta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo Único- Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art.3.<sup>o</sup>- O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta lei.

Art.4.<sup>o</sup>- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n.º 21/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei n.ºs 20/85, 60/85 e 69/85.

Levanta-se a sessão.